

SÃO AS FORMAS INDIVIDUAIS?

SUSANA DE CASTRO AMARAL*

Universidade de Munique

Não há acordo entre os intérpretes a respeito da questão da substância (*ousía*) no livro Z da *Metafísica*. Não se sabe se o que Aristóteles indica como substância primária é a forma ou o composto, e, sendo a substância primária a forma, se se trata de uma forma universal ou particular.

Neste pequeno texto apresentarei as linhas gerais da solução de M. Frede¹ para o problema da *Metafísica*, a saber: o que é a substância primária? Aristóteles, segundo Frede, teria descartado a possibilidade da matéria e do composto serem substâncias primárias, e apontado para a forma individual (*eídōs*). Antes de iniciarmos a exposição da interpretação de Frede convém resumirmos os passos da investigação do livro Z.

1. A argumentação do livro Z

No livro Z da *Metafísica*, Aristóteles trata da definição (*lógos*) da substância primeira. A pergunta “o que é (*tí estín*) a substância?” pode ser respondida, num primeiro momento, de quatro maneiras, ela é (A) o sujeito último (*hypokeímenon*), (B) a essência (*tò tí ên eínai*), (C) o universal (*tó kathólou*) e (D) o gênero (*génos*). O “gênero” será reduzido ao “universal”, de modo que então restarão apenas três possibilidades, “sujeito último”, “essência” ou “universal”. O primeiro candidato a ser analisado é o “sujeito último” (*hypokeímenon*). Separado de suas propriedades, o que é o sujeito último no seu elemento mais simples? Neste passo da argumentação (Z 3), são introduzidos três elementos

* Doutoranda em Filosofia na Universidade de Munique, bolsista do CNPq.

¹ Assim como durante décadas a obra de referência para quem fosse estudar a *Metafísica* era o comentário de ROSS, 1924, hoje a obra de referência é o comentário de FREDE e PATZIG, 1988, e os trabalhos que o primeiro vem publicando sobre o assunto. Considero a interpretação de Frede o ponto de partida para qualquer análise atual da questão da substância aristotélica. Partindo-se da sua posição, pode-se confirmar o que ele diz, ou buscar a partir dele uma nova solução, mas nunca ignorá-la.

essenciais para o resto do que será dito, a saber, (a) a forma (*eídōs*), (b) a matéria (*hylē*) e (c) o composto de ambas (*tò ek touton*). Tudo leva a crer que o elemento simples, a substância, é a matéria, mas a matéria não possui as características necessárias de um elemento simples, ou substância primária. Após ter descartado a possibilidade da matéria ser substância, Aristóteles diz que, porque o composto é claro, deve-se analisar a forma (de todos a mais complexa). Nos capítulos seguintes (Z 4-6) é iniciada a análise da substância entendida como essência. Há aí um desvio da investigação, uma vez que Aristóteles diz que o próximo passo será investigar a forma e ao invés disso retoma a discussão falando da essência? Não, porque a investigação da essência é o mesmo que a investigação da forma, porque uma e outra são iguais (Z 10, 1035b 14-15).

No capítulo 13 é dito que, ao contrário do que acreditava Platão, os universais (gêneros) não podem ser substâncias. Há uma série de argumentos que buscam provar esta tese, me contento aqui com que seja compreendido que um universal não pode ser substância porque ele não obedece aos critérios necessários de uma substância, a saber, separabilidade, autonomia e individualidade. Ciente desses critérios, Platão teria tratado a substância como um gênero individual, o que leva a sua doutrina ao absurdo.

Assim, no fim da exposição do livro Z, Aristóteles chega à conclusão de que a substância primeira é a forma, entendida como essência e definição. Ela possui um papel preponderante sobre as substâncias sensíveis. Para Aristóteles o que na verdade o composto/substância sensível é, é a sua forma (Z 13, 1038b10). Assim, na definição da forma necessariamente também estará a do composto – sem ser preciso para isso fazer referência à matéria –, pois o composto é a forma². Veremos mais adiante o quanto esta conclusão é radical e o quanto ela foi tradicionalmente má interpretada.

A partir do que foi dito nos deparamos com pelo menos dois problemas: primeiro, quando Aristóteles conclui que a forma é a essência e a substância, não fica claro se o que ele está entendendo como forma é a espécie ou a forma individual. No primeiro caso, como ela pode ser espécie e não ser universal? E, no segundo caso, se ela é uma forma individual como podemos identificá-la a despeito das suas constantes variações materiais?

O meu objetivo com este artigo é procurar apresentar as soluções

² Cf. FREDE, 1990. p.122.

de M. Frede para esses dois problemas. Não almejo que ao final a questão seja dada por decidida, mas apenas que a colocação do problema fique um pouco mais clara.

2. *As interpretações tradicionais*

As interpretações tradicionais podem ser separadas em dois tipos principais. Por um lado, há os que afirmam (W.D. Ross e S. Mansion, entre outros) que Aristóteles já teria se decidido pelo sentido da substância no início do livro Z. Aí (Z 1, 1028a 11-13), reproduzindo a argumentação das *Categorias*, Aristóteles afirma que a substância pode ser entendida por um lado como o *Quê* e o *Isto* da coisa (*tí estin kai tóde tí*), e, por outro lado, pelas outras categorias, quantidade, qualidade, etc. Assim, uma vez que esta formulação é idêntica à das *Categorias*, concluem os intérpretes que Aristóteles estaria na *Metafísica* partindo da tese daquele escrito, a saber, que a substância é o objeto particular (*tóde tí*). Quando a partir do capítulo três a questão da forma e da definição é introduzida, dizem esses intérpretes, Aristóteles estaria tratando da questão da definição essencial do objeto particular, e não introduzindo a análise de um novo e mais apropriado sentido de substância primária.

Outro tipo de interpretação é a dos que defendem que para Aristóteles a forma entendida como espécie é a substância primária. Procuram responder ao impasse da impossibilidade da substância ser universal, como é afirmado no capítulo 13, dizendo que a forma enquanto espécie não é “universal”, mas sim “comum”. Porém, a despeito da sutileza lingüística, a propriedade de ser comum não difere da universal no seu elemento primordial, ser comum é participar em coisas distintas sob um mesmo aspecto.

Quando estiver falando da interpretação tradicional, estarei me referindo apenas à primeira, pois somente esta apresenta um posição bem definida, sendo a segunda facilmente refutável.

Para o desenrolar da discussão é importante que fique clara a distinção entre o que aqui estou chamando de “objeto particular” e o que mais tarde chamarei de “objeto concreto”. O primeiro é um conglomerado de entidades, entre as quais estão a substância e as categorias acidentais e essenciais. O segundo será o objeto desprovido das suas propriedades, considerado apenas na sua substancialidade, assim ele também será chamado, por um lado, de composto de forma e matéria, e, por outro lado, de substância sensível. Enquanto no primeiro caso, “objeto particular”, como veremos mais adiante, a

substância e suas propriedades permanecem indistintas, no segundo caso, “objeto concreto”, tendo sido separado a substância das propriedades da substância, se procura determinar o que a primeira é em si mesma.

3. *A interpretação de M. Frede*

De certo modo Aristóteles fornece duas possibilidades de definição da substância. Num sentido secundário a substância será o composto. Para o filósofo que se propõe a estudar a natureza viva, a substância é o composto, pois para a compreensão dos seres animados é imprescindível a presença dos dois elementos, matéria e forma, i.e., neste caso, alma e corpo. O estudo do comportamento do ser vivo, pressupõe a análise do modo de sua manifestação física. O composto é o sentido elementar de objeto, o qual todos nós somos perceptivelmente convencidos. Não é a realidade que nos cerca dividida basicamente entre seres sensíveis inanimados, i.e. materiais, e seres sensíveis animados, i.e., corporais e anímicos?

Num sentido mais elementar, a substância, entretanto, é apenas a forma. Em diversas passagens do livro Z é dito que o que um objeto é, é a sua forma (Z 13, 1038b 10-17, Z 7, 1032b 1-2, entre outras). Assim, por um lado, a substância sensível definida em termos de forma e matéria é objeto de estudo do filósofo da natureza, e, por outro lado, e este é o sentido usado na *Metafísica*, a substância sensível definida somente em termos da sua forma é o objeto de estudo do filósofo.

Tal duplicidade de sentido da substância sensível aparece no *De Anima*. Aí Aristóteles defende a possibilidade de que a substância sensível possa ser definida tanto em termos de forma e matéria, pois esse é o modo como o filósofo da natureza determina o seu conhecimento do comportamento dos seres vivos (*De Anima*, 403a 28; 403b 2, 4, 8), quanto, no sentido tradicional dialético, a definição possa ser compreendida em termos somente da sua forma.

Estariamos diante de uma questão meramente lingüística, i.e., o que se compreende por “definição”, seria, por um lado, segundo uma interpretação menos rigorosa, a definição da forma e da matéria – o que corresponde à nossa intuição ordinária das coisas, como coisas materiais – e, por outro lado, segundo uma interpretação mais rigorosa e tradicional, que remontaria à Sócrates e Platão, a definição seria entendida em termos dialéticos somente como a definição da forma e essência?

Segundo Frede, Aristóteles não teria mantido essa posição conciliatória na *Metafísica*, ao contrário, aí ele teria levado a questão às suas últimas conseqüências, radicalizado-a até o ponto em que para ele inclusive a substância sensível deveria ser definida somente em termos da sua forma. Tal tese aparece claramente em Z 11, 1037a 24-29, onde Aristóteles resume a discussão da definição do seguinte modo:

Na definição da substância as partes respeitantes à matéria não estarão presentes. Pois elas não são partes da substância neste sentido, mas sim partes do composto substância. Por um lado, há definição do composto substância, por outro lado não. Se tomado junto a matéria, não há, pois a matéria é indefinível; mas em acordo com a substância primária há, e.g., no caso do homem, a definição da alma.

A partir desta passagem fica claro que Aristóteles defende a tese de que a substância sensível só é definível de fato em termos da sua forma, pois, como ele mesmo diz, a matéria é indefinível.

Diante da incapacidade de compreensão dessa tese – afinal como a substância sensível pode ser forma sem ser universal como a forma em Platão? –, a radicalidade da posição de Aristóteles na *Metafísica* é submetida pelos intérpretes tradicionais à sua posição antiga, a posição das *Categorias*. Aí, como vimos, Aristóteles defende a tese de que a substância primeira é o objeto particular – para os *fisiólogos* da nossa época esta é a tese mais confortável. Mas, se de fato é assim, e na *Metafísica* Aristóteles estaria defendendo a mesma posição das *Categorias*, como, então, explicar a passagem acima?

Segundo W.D. Ross, Aristóteles ao se referir à matéria, não estaria se referindo a matéria aproximada, esta sim definível, mas sim à primeira matéria, que é por si indefinível. Outros como os Londinenses³ afirmam que tal passagem é totalmente estranha ao espírito do resto dos capítulos que ela pretende resumir. Impregnados pela satisfação que o realismo aristotélico no *Categorias* lhes trazia diante da fugacidade do idealismo metafísico platônico, tais intérpretes foram à *Metafísica* querendo ver a mesma tese sendo defendida e por isso ficaram cegos para os indícios claríssimos em que Aristóteles mostra que a sua posição é mais radical do que a das *Categorias*. Na sua segunda

³ Autores da seleção de artigos, *Notes on Book Z*, (1979).

investida na ontologia, que resultou nos escritos da *Metafísica*, Aristóteles amadurece a posição de seus primeiros escritos e defende a tese radical de que não há em sentido rigoroso duas possibilidades de se entender “definição”, por um lado, como definição do composto e, por outro, como definição da forma, mas sim tudo se reduz à definição da forma, entendida não como forma universal, como os platônicos, mas sim como forma individual.

Numa compreensão tradicional, a exigência de não ser gerada e de ser princípio do movimento nas entidades de que é forma (Z 8, 1033b5-7, Z 10, 1035a 29-30), fazem com que seja difícil conceber como a forma possa ser particular, uma vez que ela é o princípio do ser e do movimento na substância. Tratarei de mostrar mais adiante como tal impasse é resolvido. Antes é preciso mostrar com mais detalhes de que modo a argumentação das *Categorias* difere da da *Metafísica*, pois é fundamental para a argumentação de Frede que ambas as posições estejam claramente separadas.

3.1. *As Categorias e a Metafísica*

A ontologia aristotélica é a primeira a se preocupar em oferecer uma definição de objeto adequada. Procurando descrever os elementos básicos da realidade, objetos, Aristóteles diz que as coisas no mundo são o resultado de substâncias e propriedades das substâncias. Esta distinção é básica à medida que evita, como os filósofos predecessores, identificar propriedades como substâncias ou substâncias como propriedades. Ela é hoje absolutamente lugar comum, porém ela não o era então. Por isso, filósofos predecessores (os médicos hipocráticos, os pré-socráticos e os fisiólogos) não viam inconveniente nenhum em atribuir qualidades, e.g., aridez e umidade, calor e frio, etc., como princípio da realidade.

Nas *Categorias* temos a primeira abordagem aristotélica do tema da ontologia, a substância (*ousía*). Enquanto para Platão as *ousíai* são as formas, aquilo que existe separado e do qual tudo o resto depende para a sua existência, para Aristóteles aquilo do qual tudo depende para a sua existência serão os objetos particulares. No primeiro escrito ontológico do *corpus*, encontramos a lista das categorias. Nela a substância é identificada como o elemento primário do qual dependem para a sua existência as outras categorias, propriedades da substância. A substância primária (*ousía*) é identificada com o objeto particular (este, *tóde ti*, cavalo, ou este, *tóde ti*, homem). A substância segunda, gênero ou universal, seria redutível ao objeto particular: numa análise

diairética regressiva, partindo do mais universal chegaríamos à diferença específica e, portanto, ao objeto particular. Assim, a substância é o fundamento da predicação, e, enquanto substância, ela é o sujeito último (*hypokeímenon*) do qual todo o resto é dito, mas ela mesma não é dita de nada, e esse sujeito último é a substância particular, o objeto particular. Na frase “Sócrates é saudável” existem dois elementos, “Sócrates”, aquilo ao qual algo é atribuído, e “saudável”, o atributo de algo. Portanto, a realidade é divisível em duas partes, de um lado, estão as substâncias e, do outro lado, as categorias, que dependem das primeiras para existir, sendo, por isso, a realidade constituída primariamente por substâncias.

Na *Metafísica*, Aristóteles modifica sua posição inicial expressa nas *Categorias*. Agora a substância não poderá mais ser o objeto particular, pois esta solução não esclarece completamente o que é a substância. Dizer que ela é o sujeito último da predicação e por isso o objeto particular, não responde a pergunta sobre o que de fato é a substância, porque na consideração do sujeito último como objeto particular, uma vez que ele é um conglomerado de entidades, não é dito o que ele é, separado das categorias que lhe predicam. Se o objeto particular é um conglomerado de entidades, qual é entre essas entidades o sujeito último da predicação? Numa leitura rápida pareceria que esta questão poderia muito bem estar colocada nas *Categorias*, pois aí também são distinguidas duas entidades elementares, substância e categoria da substância, porém, ao contrário do primeiro escrito, aqui o sujeito último (*hypokeímenon*) é analisado isoladamente; se saudável é uma propriedade de Sócrates, então o que é o sujeito propriamente, oposto às propriedades que possui? Nas *Categorias* Aristóteles teria respondido que, o que o sujeito propriamente é, é a reunião dele com as suas propriedades, e, portanto, o objeto particular. Isso é insuficiente para dizer o que de fato o sujeito é, pois ele não está separado de suas propriedades.

O sujeito último da predicação não pode ser o objeto particular, uma vez que este é indissociável das suas propriedades – um objeto particular é um conglomerado de propriedades, entidades. Assim, ainda é necessário estender a questão da substância para além do objeto particular. Qual é o fundamento do objeto particular e, portanto, o verdadeiro sujeito último da predicação? Perguntar pelo fundamento, pelo sujeito último da predicação é perguntar pela substância primária mais uma vez. O que de fato é a substância não havia sido suficientemente respondido nas *Categorias*.

Na *Metafísica* o sujeito último é dividido em suas propriedades mais elementares, forma e matéria. Assim, perguntar pelo sujeito último e pela substância significa saber se ela é a forma, a matéria, ou o composto de ambas. Que o objeto particular não é a substância primeira fica claro indiretamente a partir do modo como Aristóteles diz que a matéria seria a melhor candidata ao título de substância. Uma vez retirando do objeto todas as suas propriedades e formas, o que restará no final será a matéria disforme, e esta seria então o sujeito último. A partir dessa proposta de desvestir todos os elementos caracterizadores do objeto particular, a fim de encontrar aquele elemento último sem o qual todo o resto deixaria de existir, fica claro que o que Aristóteles está procurando como sujeito último não é mais o objeto concreto “vestido” de qualidades, mas sim, retirando tudo o que for prescindível ao objeto concreto, busca ele no elemento mais simples o sujeito último, que será então de fato a sua substância e fundamento.

A matéria seria a substância primária não fosse o fato dela, por um lado, ser imprescindível para a existência do objeto, porém, por outro lado, prescindível na definição e apreensão do que de fato o objeto é. O que de fato o objeto é, é o que se busca na substância. Não basta a matéria ser suporte das predicções, sujeito último, como foi concluído nas *Categorias* e repetido para depois ser considerado como critério insuficiente na *Metafísica*, é necessário ainda que ela obedeça a outros critérios se o que se está procurando é a definição essencial do objeto. Fundamental para a compreensão do argumento é que se entenda a definição não só do ponto de vista lógico, mas também do ponto de vista ontológico, isto quer dizer que a definição não é um mero artifício lingüístico, mas determina o que de fato o objeto é em si mesmo. Para ser definido, um objeto precisa antes de tudo ter uma forma determinada, pois somente deste modo ele pode vir a ser identificado como algo de diferente do resto, possuindo para isso individualidade e separabilidade. A matéria seria substância fosse o critério do sujeito último da predicação suficiente para determinar uma substância, porém como além deste critério estão os critérios da individualidade e separação, a matéria não poderá ser a substância. A matéria seria a melhor candidata ao título de substância não fosse ela dependente para o seu ser da forma, isto é, a matéria em si não possui identidade, ela não é nada de individual e próprio, ela é *per aliud* – Aristóteles assume na sua ontologia, as características correntes que a substância tinha na teoria platônica, como a autonomia (*káta autó*), individualidade (*tò tóde ti hypárkein*) e

separação (*tò khoristón*) (Z 3, 1029b 28-29), ele a modifica completamente, entretanto, ao descartar as propriedades como substância.

Se a matéria não pode ser substância, então, o melhor candidato ao título de substância é o composto de matéria e forma, pois é separado e individual — mais uma vez se chama a atenção para que o composto não seja confundido com o objeto particular, conglomerado de propriedades acidentais e essenciais, enquanto que no caso do composto o que se determina são a forma e a matéria essenciais, e não acidentais. O composto seria o objeto concreto, oposto às propriedades não-substâncias. Mas como o composto pode ser a substância, se antes havíamos descartado a possibilidade da matéria ser a substância primária, já que ela dependia da forma para ganhar sua identidade, não possuindo senão potencialmente a individualidade necessária para existência? A presença da matéria no composto impede que ele seja definido essencialmente e, desta forma, impede também que ele seja considerado substância primária. Só resta então a Aristóteles mostrar de que modo a forma é a substância primária.

3.2. O sentido primordial de substância

O sentido primordial da substância, diz Aristóteles, é o da forma. Nas diversas manifestações físicas dos objetos particulares o que determina e capacita-os à mudança e ao movimento é a forma, i.e., no caso dos seres animados, a alma. A alma é que determina a capacidade do ser particular de se comportar diante da natureza conforme for necessário. Assim, o animal aumenta a sua temperatura em caso de inflamação, muda de lugar diante da ameaça do inimigo, etc. As qualidades do ser vivo animado não são nunca as mesmas, tamanho, temperatura, peso, etc. variam conforme a necessidade; porém, a capacidade de alterar de peso e temperatura está previamente determinada na forma, alma; um homem jamais poderá pesar uma tonelada e um elefante jamais pesará apenas setenta quilos. O que de fato no ser particular é independente da variação da sua matéria é a forma. Neste caso, então, poderíamos dizer, com outros comentadores, que a forma é aquilo que determina que o ser vivo pertença a uma determinada espécie, que o faz ser de determinado tipo, com determinadas características de comportamento próprias à sua espécie?

No livro Z da *Metafísica* Aristóteles é incisivo ao afirmar que nenhum universal pode ser substância. O universal não possui nenhuma das

características assumidas como sendo características essenciais da substância, a saber, identidade, separação, autonomia e “sujeito último”. Ora, a espécie é a algo de comum. Ser algo de comum é ser algo de universal, portanto a espécie não pode ser substância. Se a forma como espécie não pode ser substância, porque universal, então a forma para ser substância terá que ser particular.

Aristóteles usa indiscriminadamente o mesmo termo para descrever a espécie e a forma individual, a saber, *eídos*. Se não acreditava que a substância pudesse ser espécie, pois nesse caso seria universal, porque não usou então outro termo para designar o que entendia por forma, e.g. *morphé*, e assim evitar a homonímia? Segundo Frede/Patzig⁴, Aristóteles tinha consciência do problema, mas não alterou o termo por duas razões. Primeiro, porque estava comprometido em seguir a linha ontológica de Platão com respeito à prioridade da forma e às suas características principais, assumidas por ele – distinguindo-se dele no ponto fundamental da consideração do tipo de forma (não mais universal) –, assim era interessante para ele marcar sua posição no seio mesmo da teoria através da manutenção do seu conceito fundamental. Em segundo lugar, o uso de “forma” como “espécie” já estava tão aceito na Academia, que as expressões de formas individualizadas tal qual aparecem na *Metafísica* (*ên tô eídei, tantó tô eídei*), por serem claramente distintas no seu ponto central, não seriam confundidas com por um leitor/ouvinte afeito a esta polêmica, discutida tanto na Academia quanto no Liceu.

3.2.1. *As formas particulares*

Como foi afirmado antes, o que determina o comportamento de um ser de determinada espécie é a sua disposição formal em assumir, de acordo com a conveniência do momento, determinadas características materiais; assumir determinadas características físicas significa no caso do ser vivo a garantia da sua sobrevivência, a maximização das suas possibilidades de vida. Tal disposição formal, como vimos, é dada pela forma do ser vivo. Cada ser de uma espécie é formalmente igual ao outro ser da mesma espécie, mas isso não significa que tenham concretamente a mesma forma, pois a forma é individual.

Há uma maneira de abordar a “matéria” que torna intuitivamente claro o que Aristóteles quer dizer com “formas individuais”. A capacidade de assumir certas configurações materiais está presente de maneira uniforme nos

⁴ FREDE e PATZIG, 1988. p. 48.

diversos seres de uma mesma espécie, porém, quando, como e onde essas configurações se manifestarão é particular a cada ser, possuidor de uma história particular e intransferível.

Frede⁵ simplifica a explicação da forma individual através do exemplo do barco de Teseu. Imaginemos que o barco de Teseu se chamasse Theoris I. Depois de construído, Theoris I teve, ao longo do processo de manutenção e conservação, suas tábuas trocadas uma a uma, até que depois de um tempo nenhuma das tábuas do barco era original. Imaginemos, então, que alguém tenha guardado as tábuas originais e construído, seguindo as mesmas especificações, um barco idêntico ao primeiro, Theoris II. Neste caso o barco original seria o Theoris II, com as tábuas originais, ou o Theoris I, com as tábuas novas? Apesar da alteração material, o barco original permanece sendo o primeiro, pois ele foi se modificando no tempo, e o que o une ao plano original é a sua história. O fato das peças terem sido trocadas está estreitamente associado à disposição original do barco, que ao longo da sua história particular é modificado. As especificações dos dois barcos são idênticas, por isso eles são formalmente iguais, porém o modo como o primeiro barco vai realizando a sua disposição no tempo, estando cada modificação unida à anterior no tempo e no sujeito, faz dele a realização de uma forma particular, inigualável a outra, mesmo que essa possua as mesmas especificações.

No caso do ser animado homem, a alma de cada um de nós é formalmente idêntica à de todos, porém o modo como realizamos nossa disposição para o crescimento, pensamento, percepção, sobrevivência, etc. varia de acordo com a história particular de cada um de nós. A forma particular é a concretização temporal individual heterogênea da disposição formal uniforme. Enquanto princípio do movimento, disposição formal, e não estando sujeita a ele, a forma é idêntica em todos; porém ela é principalmente específica a cada um, à medida que é disposta de maneira diferente na realização das diversas capacidades de movimento em cada indivíduo, e o que de fato ela é, é essa concretização particular da disposição formal.

Como podemos identificar uma forma particular num tempo determinado se ela está continuamente sujeita a mudança? Podemos identificá-la através da história da realização de suas capacidades. Diz Frede:

⁵ FREDE, 1985.

“A particular form can be identified through time by its continuous history of being realized now in this and now in that matter, of now being the subject of these and then being the subject of those properties”⁶.

Deveria haver, então, uma marca em cada forma particular que a fizesse distinta das demais? Diz Frede,

“there is no such distinguishing mark and there is no need for one. It just is not the case that individuals are the individuals they are in virtue of some intrinsic essential distinguishing mark”⁷.

O que faz a particularidade da forma é o modo de sua realização específica em cada indivíduo. Isso não significa que a forma seja a mesma nos indivíduos, modificando apenas a sua matéria, na medida em que ganha ou perde determinadas propriedades, antes a forma particular é a concretização de determinada ação ou capacidade, como o aprender a ler e a nadar; nela não há necessariamente nenhum ganho ou perda de propriedades como no caso de um artefato. Como isso é possível, se a forma, a alma, é o princípio do movimento e não está ela mesma sujeita à geração e à corrupção? Apesar de não estar sujeita à corrupção e à geração (ver Z 8), pois do contrário deixaria de ser princípio do ser, a forma/alma enquanto princípio da mudança assume aspectos concretos determinados ao longo do desenvolvimento do ser animado.

“Die organizationsform (alma) selbst ist so angelegt, daß sie konkretere Formen annimmt, was zur differenzierung zwischen Individuen einer Art führt”⁸.

Quando, onde e como um indivíduo aprende a ler ou a nadar varia em cada um. A época, o lugar e o modo como determinado indivíduo aprendeu a ler e a nadar representam a concretização de formas particulares, próprias exclusivamente a ele.

⁶ FREGE, 1985: *uma forma particular pode ser identificada através do tempo por sua história contínua de ser realizada agora nesta, então naquela matéria, em agora ser o sujeito dessas e então ser sujeito daquelas propriedades.*

⁷ FREGE, 1985: *não há uma marca de distinção e não há a necessidade de uma. Não é o caso que indivíduos sejam os indivíduos que são em virtude de alguma marca intrínseca, essencial e distinta.*

⁸ FREDE e PATZIG, 1988, p.47: *a forma de organização ela mesma é colocada de tal modo que ela recebe formas mais concretas, o que conduz à diferenciação entre indivíduos da mesma espécie.*

4 - Conclusão

Procurou-se mostrar aqui de que modo Frede interpreta o sentido primário da substância sensível como sendo na *Metafísica* a forma individual. Definir algo (uma substância) significa tanto para Platão quanto para Aristóteles determinar a sua forma. Este seria o significado de “definição” estrito senso. Em sentido largo, não rigoroso, entretanto, definir algo (uma substância) também é determinar a sua forma e a sua matéria. Numa visão mais compreensível (“the more comprehensive view”⁹), ambos os sentidos são válidos, mas deve levar-se em conta que para Aristóteles o sentido mais rigoroso de definição é aquele que diz a forma individual de algo.

Espero que ao longo deste texto ao menos a colocação do problema da substância segundo o modelo ontológico aristotélico tenha ficado um pouco mais clara. Num primeiro momento, não é de todo evidente como a forma possa ser ontologicamente individual. Seria, aparentemente, bem mais razoável achar junto a intérpretes tradicionais que, ao se referir à forma na *Metafísica*, Aristóteles estaria apenas tratando da questão da *unidade da definição* do objeto particular (verdadeira substância do ponto de vista ontológico), ou seja, ele estaria tematizando o elemento lógico da questão da substância: o que a substância é do ponto de vista lógico, é a sua forma, e a sua forma é a definição (*bórismos*), entendida como definição da espécie (só há conhecimento do gênero e da espécie, nunca do singular). Fosse isso verdade, e Aristóteles não estivesse também preocupado no livro Z com o tratamento ontológico da questão, porque então ele seguidas vezes ao longo deste livro teria enfatizado que, o que o objeto é, é a sua forma? (Z 13, 1038b 10-17, Z 7, 1032b 1-2, entre outras) Levando a sério esta afirmação, Frede diz aquilo que todos os outros evitavam dizer, a saber, que a forma é individual.

Não pretendo ter dito aqui que a solução de Frede é definitiva. Sua solução não é aproblemática. Ela produz um paradoxo na medida em que, por um lado, a substância, enquanto princípio do ser na substância deve ser primeira no tempo (a forma não pode estar sujeita à geração, pois do contrário não seria mais primeira), e, por outro lado, a substância, enquanto forma individual, só se realiza no tempo, ou seja o que ela é, ela é na medida em que é atualizada, não existindo antes.

⁹ FREDE, 1990.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. *Metaphysik*. Tradução H. Bonitz. Hamburgo: Rowohlt, 1994. [1a. ed. 1848]
- FREDE, M. e PATZIG, G. *Aristoteles 'Metaphysik Z': Text, Übersetzung und Kommentar*. Munique: Beck Verlag, 1988. 2 v.
- FREDE, M. Substance in Aristotle's Metaphysics. In: GOTTHELF, ALLAIN (ed.). *Aristotle on Nature and Living Things* (Philosophical and Historical Studies Presented to David M. Balme on his Seventieth Birthday), 1985. p.17 - 26.
- . The definition of sensible substances in MET.Z. In: *SEMINAIRE C.N.R.S. Biologie, Logique et métaphysique*. Oléron 28 de jun. a 03 de jul. 1987. Paris: C.N.R.S., 1990. p.113-129.
- ROSS, W. D. *Aristotle's Metaphysics. A Revised Text with Introduction and Commentary by W.D. Ross*. Oxford: Clarendon Press, 1957. 2 v.